



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**ACESSIBILIDADE: UMA POSSIBILIDADE PARA
INCLUIR**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Líndice Martins da Rocha Pedroso

**São João do Polêsine, RS, Brasil
2011**

ACESSIBILIDADE: UMA POSSIBILIDADE PARA INCLUIR

por

LÍNDICE MARTINS DA ROCHA PEDROSO

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof. VANTOIR ROBERTO BRANCHER

São João do Polêsine, RS, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

ACESSIBILIDADE: UMA POSSIBILIDADE PARA INCLUIR

Líndice Martins da Rocha Pedroso

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Vantoir Roberto Brancher, Ms. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Simone Freitas da Silva Gallina, Dra. (UFSM)

Elena Maria Mallmann, Dra. (UFSM)

Santa Maria, 16 de setembro de 2011.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

ACESSIBILIDADE: UMA POSSIBILIDADE PARA INCLUIR

AUTORA: LÍNDICE MARTINS DA ROCHA PEDROSO

ORIENTADOR: VANTOIR ROBERTO BRANCHER

Pólo de São João do Polêsine/RS, 16 de setembro de 2011.

Este trabalho constata a progressão das políticas afirmativas, procurando mostrar as ações desenvolvidas no ambiente escolar, de forma a estabelecer possibilidades de formação e ampliação dos direitos referentes à inclusão, para que todos os indivíduos se desenvolvam com plenitude e que a instituição efetive a garantia dos direitos amparados por Lei. A sociedade contemporânea marcada pela diversidade promove a interação das diferenças percebendo-as como complementares. Tais características influenciam nas concepções sobre educação e nas relações pedagógicas, favorecendo a compreensão de novas formas de cidadania. Recordo as várias declarações das Nações Unidas que culminaram no documento das Nações Uniformes sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, no qual, os Estados são solicitados a garantir que a educação de Pessoas com Deficiência seja parte integrante do sistema educacional. Os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que possibilitem que todos atinjam seu potencial máximo de desenvolvimento. Faço um breve histórico, relatando a exclusão social das Pessoas com NEE apontando mudanças necessárias para favorecer o atendimento educacional a todas elas, sobretudo àquelas que apresentam NEE. Cabe, portanto, ressaltar a suma significância da luta pela inserção de Pessoas com NEE no ensino.

Palavras-chave: Educação; Igualdade; Inclusão.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

ACESSIBILIDADE: UMA POSSIBILIDADE PARA INCLUIR

AUTHOR: LÍNDICE MARTINS DA ROCHA PEDROSO

ADVISER: VANTOIR ROBERTO BRANCHER

Pólo de São João do Polêsine/RS, 16 de setembro de 2011.

This paper notes the progress of affirmative action policies, trying to show the actions developed in the school environment, in order to establish training facilities and expansion of the rights to inclusion for all individuals to fully develop and that the institution takes effective guarantee of the rights protected by law contemporary society marked by diversity promotes the interaction of differences perceiving them as complementary. These characteristics influence the views on education and pedagogical relationships, favoring the understanding of new forms of citizenship. I remember the various United Nations declarations culminating in the document of the United Rules on the Equalization of Opportunities for Persons with Disabilities, in which states are required to ensure that the education of persons with disabilities is an integral part of the educational system. Educational systems must be designed and implemented programs in order to enable everyone to reach their full potential for development. I do a brief history, describing the social exclusion of people with SEN pointing changes necessary to promote the educational service to all of them, especially those with SEN. It is, therefore, emphasize the significance of the short struggle for inclusion of people with SEN in teaching.

Keywords: Education, Equality, Inclusion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
2 REFERENCIAL TEÓRICO	09
2.1 Fatos Marcantes na Educação Especial no Brasil	10
2.2 Acessibilidade na visão do gestor	19
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	35
APÊNDICES	38
Apêndice - A Questionário	38
ANEXOS	39
Anexo A - Termo de Consentimento	39
Anexo B – Termo de Consentimento	40
Anexo C – Termo de Confidencialidade	41

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa intitulada “Acessibilidade: uma possibilidade para incluir” buscou a história dos socialmente excluídos, principalmente das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Nessa perspectiva a progressão das Políticas Afirmativas, aliado a um histórico foram realizados estudos que buscaram entender a inclusão de crianças com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) em ambientes de ensino.

Dessa forma, o trabalho se propõe mostrar as ações desenvolvidas em duas escolas na cidade de Santa Maria/RS, procurando estabelecer possibilidades de formação e ampliação dos direitos referentes à inclusão, para que todos os indivíduos se desenvolvam com plenitude e que as instituições efetivem a garantia dos direitos amparados por Lei.

Neste sentido, busquei informações quanto à acessibilidade das pessoas “excluídas” pela sociedade e na busca de analisar se os direitos das pessoas com necessidades especiais estão sendo cumpridos pela sociedade nos meios educativos.

Pretende-se compreender a relevância da gestão educacional na inclusão de pessoas com Necessidades Especiais em ambientes educativos.

Estando ciente de que não existe um consenso sobre os espaços educativos ideais, indico uma tendência que tem se atribuindo entre os que articulam propósitos de mudar o ensino segundo uma lógica educacional regida por princípios sociais, democráticos, de justiça e de igualdade, contraposta àquela sustentada por valores econômicos e empresariais de produtividade, competitividade, eficiência, que tantas exclusões têm provocado.

A partir das leituras que realizei sobre a inclusão de pessoas com NEE em ambientes de ensino pude perceber a trajetória e a evolução dessas pessoas no decorrer do tempo, juntamente com as dificuldades de reconhecimento das mesmas por parte das sociedades em distintas épocas.

Dentre estes aspectos procurou-se compreender a relevância da inclusão de pessoas com Necessidades Especiais em ambientes de ensino. Partindo disso, desenvolveu-se um breve histórico sobre a Inclusão das pessoas com Necessidades Especiais como forma de compreender a trajetória de vida das mesmas, entendendo

assim as possíveis formas de garantir o espaço de pessoas com NEE em ambientes de ensino. Objetivou-se também analisar as ações da Coordenação de duas escolas de ensino fundamental situadas na cidade da Santa Maria, dessa forma, procurou-se destacar as ações aplicadas por elas para melhor receber as crianças com NEE. E com isso, evidenciar as medidas políticas que afirmem e garantam o direito dessas crianças em ambientes de ensino.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Acreditando na necessidade de realizar um breve estudo sobre a exclusão social das pessoas com necessidades especiais, e a busca por mudanças, necessárias para favorecer o atendimento educacional a todas as pessoas, sobretudo àquelas que apresentam NEE, reafirmando o direito de todos à Educação, conforme a Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948, e reafirmando o empenho da comunidade mundial, na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, de 1990, em garantir esse direito a todos, independentemente de suas diferenças.

Na antiguidade as pessoas com deficiências, limitações ou alguma necessidade diferencial eram tratadas com negligência e maltratadas, ou então eram praticamente exterminadas pelo abandono.

Na Grécia antiga, os bebês deficientes ou deformados eram sacrificados ao nascer, pois se acreditava que a deficiência da criança era causada por castigo pelos pecados da própria pessoa ou de seus antepassados e também pela interferência dos maus espíritos e/ou por forças da natureza.

Em Roma era o pai quem definia a vida do filho nascido com deficiência, os surdos e pessoas com outras deficiências eram empregados em bordéis, castelos e na Idade Média, com ascensão das idéias cristãs, essas pessoas já não mais podiam ser exterminadas, pois eram consideradas criaturas de Deus.

No entanto, eram ignoradas e deixadas à própria sorte, dependentes da caridade humana para sobreviver, tidas como forma de diversão nos castelos, dignos de piedade, e somente poderiam se casar com a permissão do Papa.

Recebiam menções de inválidos (significado do termo: “indivíduo sem valor”) aqueles que possuíam deficiências; eram tidos como socialmente inúteis, um peso morto para a sociedade, um fardo para a família, alguém sem valor profissional. E quem não fosse participativo economicamente na sociedade; não poderiam ser respeitados judicialmente. Considerado como atributo de indivíduos não produtivos e também como sendo um problema médico, os surdos, eram respeitados juridicamente se falassem, e só assim poderiam tomar posse de sua herança.

Com a evolução científica, a partir do século XVI, começam a se desenvolver os primeiros estudos acerca das causas das deficiências e a relação entre deficiência mental por lesões ou traumas de nascimento sem, no entanto, delimitar as diferenças entre doenças e deficiência mental.

Em 1886, o primeiro resultado científico sobre a “Síndrome de Down” ou “Trissomia do 21”, um avanço reconhecendo a capacidade, mesmo que reduzida, dessas pessoas de desenvolverem sua cognição e de interagir socialmente.

A história da deficiência é quase totalmente conduzida pelas ciências médicas e, por isso, os modelos de atendimento, ainda hoje, têm uma tendência ao caráter clínico.

No Brasil, a educação como um “direito de todos” passa a ser regulamentada a partir da Constituição de 1934, quando uma Assembléia Constituinte promulgou a Carta Magna, no “governo provisório instalado após a Revolução de 1930, sob chefia de Getúlio Vargas” (CAMPOS; CARVALHO 1991, p.14). O Art. 149 desta constituição explicita que a educação é um direito de todos e deve ser “ministrada pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcionar a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores de vida moral e econômica da Nação” (Ibid., p. 18).

Em 1948, com a fase do otimismo pedagógico, em que as escolas primárias se expandem e há o incentivo na formação de professores, institucionaliza-se o atendimento educacional aos diferentes, primeiramente em São Paulo e Minas Gerais.

2.1 Fatos Marcantes na Educação Especial no Brasil

A educação especial no Brasil surgiu em meados do século XIX, com ela nasciam diferentes ações algumas de cunho político que determinou alguns projetos de Lei que objetivava garantir o ensino das pessoas com necessidades educacionais especiais, assim como Decretos e instalação de instituições voltadas a atender a essas pessoas. Como podemos verificar através dos fatos citados (ARANHA, 2001, p.35).

- 1835_. O Deputado Cornélio Ferreira apresenta à Assembléia Projeto de Lei objetivando a criação do cargo de Professor de Primeiras Letras para o ensino de cegos e surdo-mudos.
- 1854_. Decreto Imperial nº 1.426 criou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos.
- 1855_. Chega ao Brasil Edouard Huet, professor surdo francês que viria a dirigir o primeiro Instituto Brasileiro para atendimento a surdos-mudos.
- 1857_. Instalado o Instituto dos Surdos-Mudos, sob a direção de Edouard Huet.
- 1869_. Benjamin Constant assume a direção do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro em 24/01/1891 que, através do Decreto nº 1.320, receberia o seu nome.
- 1900_. O Dr. Carlos Eiras apresenta, no IV Congresso de Medicina e Cirurgia, no Rio de Janeiro, sua monografia sobre doentes mentais intitulada. Educação e Tratamento Médico-Pedagógico dos Idiotas.
- 1910_. Três cegos, após cursarem o Inst. Benjamin Constant, conseguem ingressar na Faculdade de Direito de São Paulo.
- 1913_. No Hospício D. Pedro II, na Praia Vermelha, Rio de Janeiro, começa o funcionamento intensivo do Pavilhão Bourneville, com atendimento a menores anormais.
- 1913_. Aparece o livro do Professor Clementino Qualio, da Escola Normal de São Paulo, intitulado. A educação da infância anormal da inteligência.
- 1915_. Inaugurada em Laranjeiras, no Rio de Janeiro, a sede do Instituto Nacional de Surdos.
- 1926_. Inaugurado, em Belo Horizonte, o Instituto São Rafael Para Cegos.
- 1927_. Surge, em Canoas, RS, a primeira instituição brasileira dedicada aos excepcionais, com o nome de Pestalozzi.
- 1929_. No Rio de Janeiro, a Reforma do Ensino Primário, Profissional e Normal inclui em seu Regulamento disposições sobre a seleção de alunos brilhantes.
- 1930_. No Nordeste, o Dr. Ulisses Pernambucano desenvolve trabalho pioneiro em favor dos excepcionais, unindo Psiquiatria, Psicologia e Pedagogia.
- 1931_. Criado, na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, o Pavilhão Fernandinho Simonsens com uma classe especial para alfabetização e ensino primário de crianças internadas por longos períodos naquele hospital.
- 1932_. Fundada por Helena Antipoff a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais.
- 1933_. A Comissão do Ensino Secundário do Conselho Nacional de Educação através do Parecer nº 291, permite o ingresso de aluno cego em escola do sistema regular de ensino, na cidade de Curitiba.
- 1935_. Criado, graças à iniciativa de Helena Antipoff, o Instituto Pestalozzi na cidade de Belo Horizonte.
- 1940_. Instalada em Ibité, nos arredores de Belo Horizonte, a Granja-Escola da Fazenda Rosário pertencente à Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais.
- 1942_. Inaugurado o Hospital de Neuro-Psiquiatria Infantil, em Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro.
- 1942_. Edição em Braille pelo Instituto Benjamim Constant da primeira Revista Brasileira para Cegos.
- 1943_. Inaugurados vários Institutos para cegos no Brasil: em São Paulo, na Bahia, no Rio Grande do Sul e no Ceará.
- 1943_. A Comissão de Legislação do Conselho Nacional de Educação, através do Parecer nº144, autoriza a inscrição de aluno cego na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.
- 1943_. O Decreto nº 14.165 dá ao Inst. Benjamim Constant competência para ministrar os ensinamentos primário e secundário.
- 1945_. Por iniciativa de Helena Antipoff, é fundada, no Rio de Janeiro, a Sociedade Pestalozzi do Brasil.

“O Brasil teve sua primeira experiência democrática após a deposição de Getúlio Vargas, e com isso foram criadas novas leis que regem a escolarização, adaptando a educação ao processo industrial” (Grifos do autor)

- 1945_. Helena Antipoff realiza, na Sociedade Pestalozzi, no Rio de Janeiro, experiências com alunos superdotados.
- 1946_. Criada a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, com a finalidade de divulgar o livro em Braille.
- 1949_. Portaria Ministerial nº 504 garante a distribuição gratuita dos livros em Braille para todo o Brasil.

1950_. Começa o ensino integrado no Brasil, com alunos que concluíram o curso Ginásial no Instituto Benjamin Constant. Em São Paulo, no Instituto Caetano de Campos, criada, a título experimental, a primeira classe Braille com alunos em regime escolar comum.

1950_. Criada, em São Paulo, a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), com classes para deficientes físicos.

1953_. Portaria Ministerial nº 12 autorizou a matrícula de alunos cegos nos estabelecimentos de ensino secundário reconhecidos ou equiparados pelo Governo Federal. Autoriza, ainda, a interpretação da legislação de ensino, pelo Conselho Nacional de Educação, para facultar o acesso de cegos nos cursos universitários.

1953_. Parecer nº 50 da Comissão de Legislação do Conselho Nacional de Educação, dá parecer favorável ao ingresso de aluno cego no curso de Geografia e História da Faculdade Fluminense de Filosofia.

1954_. Fundada, no Rio de Janeiro, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

1954_. Fundada, no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR).

1955_. Lançada a recomendação nº 99, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre programas de reabilitação profissional, obtenção e retenção de empregos por deficientes.

1957_. Criadas em São Paulo, por inspiração da AACD, classes especiais para deficientes físicos, nos Grupos Escolares da rede escolar comum.

1957_. Alunos cegos do Curso Primário são admitidos nas escolas comuns.

1957_. Lei 3.198 alterou a denominação do Instituto dos Surdos e Mudos para Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

1957_. Decreto nº 42.728 criou a Campanha para Educação do Surdo Brasileiro (CESB).

1958_. Portaria Ministerial nº 114 dá instruções para a organização e execução do programa de ação da Campanha (CESB).

1958_. Decreto 44.236 institui a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão.

1958_. Portaria Ministerial nº 477 fixa instruções para a organização e execução da Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão, campanha ligada diretamente à direção do Instituto Benjamin Constant.

1958_. Lei nº 5.029 cria o Instituto de Reabilitação, para funcionamento junto à Cadeira de Ortopedia e Traumatologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

1960_. Decreto nº 48.252 desvincula a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes da Visão do Instituto Benjamin Constant, passando a ser subordinada diretamente ao Gabinete do Ministro da Educação e Cultura, com a denominação .Campanha Nacional de Educação de Cegos. (CNEC).

1960_. Decreto nº 48.961 cria a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME).

1961_. A Fundação para o Livro do Cego no Brasil cria o Centro de Reabilitação de Cegos no Brasil.

1961_. Lei 4.024 de Diretrizes e Bases para a Educação, em seu Título X, enquadra a educação de excepcionais no sistema geral de educação, visando à integração desses alunos na comunidade e prevê apoio financeiro às entidades privadas dedicadas a essa especialidade.

1963_. Criação da Federação Nacional das APAE.s.

1963_. Decreto nº 53.264 dispõe sobre a reabilitação profissional na Previdência Social (SUSERPES).

1964_. Campanha Nacional de Educação de Cegos obtém do MEC a destinação de fundos para sua ação, recursos que foram incluídos no Plano Nacional de Educação.

1964_. Portaria Ministerial nº 582 designa Grupo Executivo para reformular as atividades do MEC no campo da Educação Especial. Conselheiros da CADEME, integrantes desse Grupo, sugerem, sem êxito, a criação de uma Secretaria de Educação Especial no MEC.

1967_. Criada no Ministério da Educação e Cultura junto ao Conselho Federal de Educação, comissão com a finalidade de estabelecer critérios para identificação e atendimento aos superdotados.

1968_. Criada a Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais/ABEDEV.

1969_. Parecer nº 252, do Conselho Federal de Educação, determina que o Curso de Pedagogia deverá ter uma ou duas habilitações em Educação Especial.

1969 . Decreto nº 64.920 cria no MEC Grupo de Trabalho para estudar o problema do excepcional em seus vários aspectos. Esse Grupo produziu e encaminhou à Direção do MEC vários

anteprojetos objetivando a criação de órgão em âmbito nacional para cuidar do problema dos excepcionais.

1969 . Emenda Constitucional nº 1 altera a Constituição do Brasil de 1967 que, em seu Art. 175, parágrafo 4º, passa a dispor sobre a educação de excepcionais.

1969 . Decreto Lei nº 1.044 dispõe sobre tratamento especial para alunos de qualquer nível de ensino, portadores de afecções congênitas e/ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições mórbidas determinantes de distúrbios agudos ou agudizadores.

1970 . Criada a Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi.

1971 . Ofício nº 93/71, do Secretário de Apoio do MEC ao Diretor do Departamento de Educação Complementar recomenda a extinção das Campanhas de Educação Especial e sugere o estabelecimento de um programa integrado de assistência a todas as categorias de excepcionais.

1971 . Portaria nº 86 cria o Grupo Tarefa Educação Especial no MEC, com vistas a implantar uma sistemática de trabalho educacional dirigida aos excepcionais, em todas as suas formas, em todo o território brasileiro.

1971 . Portaria do Conselho Federal de Educação, cria Comissão Especial para estudar o currículo mínimo para os cursos de formação de pessoal em Educação Especial no nível universitário.

1971 . Lei 5.692 de diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, prevê em seu artigo 9º tratamento especial para os excepcionais.

1972 . Resolução nº 7/72 do Conselho Federal de Educação fixa os conteúdos mínimos a serem observados na habilitação específica em educação de deficientes da áudio comunicação, no Curso de Pedagogia.

1973 . Criada em Belo Horizonte, junto à Fazenda Rosário, a Associação Milton Campos para o Desenvolvimento e Assistência à Vocações de Bem-Dotados (ADAV).

1973 . Decreto nº 72.425 cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP).

1974 . Inclusão do Projeto Prioritário nº 35, sobre Educação Especial no I Plano Setorial de Educação e Cultura.

1974 . Parecer nº 3.763 do Conselho Federal de Educação, dispõe sobre tratamento especial para cegos no exame vestibular.

1975 . Portaria nº 550/MEC aprova o Regimento Interno do CENESP, como órgão central de direção superior, gozando de autonomia administrativa e financeira.

1976 . Resolução 31/123, através da Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU), proclama o ano de 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes.

1977 . Portaria Interministerial nº 477 (MEC/MPAS) estabelece diretrizes básicas para a ação integrada do MEC e do MPAS no campo do atendimento a excepcionais, dispendo sobre atendimento integrado com ações complementares de assistência médicopsicosocial e de educação especial. Menciona o atendimento no sistema regular de ensino e em instituições especializadas.

1978 . Portaria Interministerial nº 186 (MEC/MPAS) regulamenta a Portaria Ministerial nº 477, de 10/08/77 que define e delimita a clientela a ser atendida pela Educação Especial, e dispõe sobre diagnóstico, encaminhamento, supervisão e controle.

1978 . Emenda Constitucional nº 12 assegura aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica, inclusive com educação especial.

1979 . Plano Nacional de Educação Especial (PLANESP) estabelece diretrizes de ação para a Educação Especial.

1980 . Decreto nº 84.819 cria no Brasil a Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (CNAIPD), com o objetivo de ação compatibilizada da ONU, sintetizado no lema Igualdade e Participação Plena.

1980 . Discussão na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), no Chile, de um Plano de Ação a Longo Prazo, em favor dos excepcionais.

1981 . Resolução nº 2 do Conselho Federal de Educação, autoriza a concessão de dilatação de prazo de conclusão de curso de graduação dos alunos portadores de deficiências físicas, afecções congênitas ou adquiridas.

1981 . Instrução Normativa nº 123, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) estabelece normas para adaptação e elaboração de novos projetos de edificações, de modo a permitir o acesso de pessoas portadoras de deficiência.

1981 . Portaria nº 696 aprova o Regimento do CENESP como órgão autônomo.

1985 . Realizada, em Brasília, cerimônia para assinatura do Decreto que institui o Comitê para o Aprimoramento da Educação Especial. Discursaram o Presidente da República, o Ministro da Educação, a Diretora-Geral do CENESP e representante dos pais dos deficientes. O Comitê sugeriu ao Presidente da República a transformação do CENESP em Secretaria de Educação Especial e a criação de um órgão de coordenação da política voltado para pessoa portadora de deficiência.

1985 . Decreto nº 91.827 institui o Comitê Nacional para traçar política de ação conjunta, destinada a aprimorar a Educação Especial e a integrar, na sociedade, as pessoas portadoras de deficiências, problemas de conduta e superdotados.

1986 . Lançamento do Plano Nacional de Ação Conjunta, elaborado pelo Comitê Nacional instituído pelo Decreto nº 91.872, de 04/11/85.

1986 . Portaria nº 69/MEC expede normas para a fixação de critérios reguladores da prestação de apoio técnico e/ou financeiro à Educação Especial nos sistemas de ensino público e particular.

1986 . Decreto nº 93.481 institui a Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), dispendo sobre a atuação da Administração Federal, no que concerne às pessoas portadoras de deficiência.

1986 . Indicação nº 15/86/MEC propõe criação de uma Comissão composta por membros do Conselho Federal de Educação e do CENESP para incentivar ações de atendimento ao aluno superdotado.

1986 . Portaria 88/86/MEC constitui a Comissão para elaboração de subsídios que permitiam aos Conselhos Estaduais de Educação incentivar ações de atendimento ao superdotado.

1987 . Lançamento da Revista Integração com circulação em todo o território nacional.

1988 . Constituição Federal Brasileira garante a educação como direito de todos, instituindo no Inciso III, do Art.208, do Capítulo III que, o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deve ser, preferencialmente, na rede regular de ensino.

1988 . Criação da União Brasileira de Cegos.

1990 . Extinta a Secretaria de Educação Especial. As atribuições relativas à educação especial passam a ser da Secretaria Nacional de Educação Básica/SENEB.

1990 . Criada a estrutura da SENEB do Departamento de Educação Supletiva e Especial/DESE, com competências específicas em relação à Educação Especial.

1990 . Incluída na estrutura da DESE a Coordenação de Educação Especial.

1992 . Recriada a Secretaria de Educação Especial na estruturando Ministério da Educação.

1993 . Decreto 914/89 Coordenadoria de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, CORDE, estabelece direitos dos portadores de Deficiência Visual.

1994 . Lançamento da Política de Educação Especial/MEC.

1994 . Portaria 1793/94 recomenda inclusão de conteúdos e disciplina de Educação Especial nos cursos de formação de professores de nível superior.

1995 . Criação da Associação Brasileira de Síndrome de Down.

1995 . Decreto nº 1.744/95 institui benefício de prestação continuada à pessoa portadora de deficiência e ao idoso.

1995 . Veiculação da Série sobre Educação Especial no programa Salto para o Futuro, TVE.

1995 . Reunião técnica com os países componentes do MERCOSUL e OIT, visando incluir o tema .Educação Especial. Na agenda do MERCOSUL Educativo.

1996 . Criação do Fórum Permanente dos IES sobre as questões relativas às pessoas com necessidades especiais.

1996 . Aviso Ministerial 277 do GM recomenda a criação de condições próprias para possibilitar acesso e permanência dos alunos com necessidades especiais nas Instituições de Ensino Superior.

1996 . Criação do Programa de Distribuição de Materiais Didáticos para Deficientes Visuais.

1996 . Lançamento do Programa de Implantação de Apoio Pedagógico para Deficientes Visuais/CAP.

1996 . Elaboração do Programa de Capacitação de Professores do Ensino Regular para atuação com alunos com necessidades educacionais especiais.

1997 . Veiculação da Campanha de Sensibilização da Sociedade para a Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais.

1997 . Inclusão na TV Escola da Série Educação Especial. Implementação de um Programa de Capacitação de Educadores com o material da UNESCO – Necessidades Educacionais Especiais em Sala de Aula.

1997 . Implantação da Tecnologia do DOS-VOX no Sistema Sintetizador de Voz, para suporte na educação dos cegos.

1998 . Realização do Congresso Internacional e III Ibero Americano sobre Superdotação, em Brasília.

1998 . Realização do III Congresso Ibero Americano de Educação Especial, em Foz do Iguaçu.

- 1998 . Elaboração do documento Adaptações Curriculares para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais no Âmbito dos Parâmetros Curriculares Nacionais.
- 1999 . Produção e lançamento do Programa de Capacitação, pela TVE sobre Educação Especial.
- 1999 . Criação da Comissão Brasileira de Braille, junto à SEESP.
- 2000 . Lançamento da produção do Livro Didático em Braille.
- 2000 . Realização do V Congresso Nacional de Arte-Educação na Escola Para Todos.
- 2000 . VI Festival Nacional de Artes sem Barreiras, em Brasília.
- 2001 . Definição do Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, elaborado pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, com representantes de Organizações de Surdos.
- 2001 . Decreto nº 3.956 promulga a Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência.
- 2001 . Parecer CNE/CEB nº 17/2001 e Resolução CNE/CEB nº 02 de 11/09/2001, institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
- 2002 . Portaria 657/MEC institui a Comissão Brasileira de Estudo e Pesquisa do Sorobã.
- 2002 . Integração da Secretaria de Educação Especial (SEESP) à Rede Nacional de Formadores, da Secretaria de Educação Fundamental (SEF).

Avanços estes que se voltam em um movimento de integração, onde o objetivo final é uma educação desenvolvida a atender as pessoas especiais.

Assim, o modelo educacional prescrito evidencia a possibilidade dos “deficientes” terem condições de desenvolvimento, sendo respeitadas as características individuais. Os indivíduos, que antes eram pessoas sem capacidade, evoluem para indivíduos com capacidade residual.

Entende-se que a educação se constitui em uma necessidade e no direito, para que os indivíduos tenham a cidadania garantida e concretizada afim de que se construa uma “sociedade livre, justa e solidária” (art. 3º da CF/88).

No caso das pessoas com NEE, no Art. 206 CF/88, encontra-se o princípio que regulamenta o direito a educação de forma efetiva a “Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”; e no Art. 208 menciona que “O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Entretanto, alguns segmentos da sociedade ainda encontram-se afastados do direito à educação. Dentre estes, destacam-se: negros, índios, pobres, pessoas com comportamentos típicos, pessoas com super dotação, pessoas com deficiências, entre outros.

[...] todas as crianças, de ambos os sexos, tem direito fundamental à educação e que elas devam ser dadas às oportunidades de obter e manter nível aceitável de conhecimento; cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhes são próprios; os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenha em vista toda a gama dessas diferentes

características; as pessoas com NEEs devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades (BRASIL, 2001, p.04).

Na Declaração de Jomtien, por exemplo, ocorrida na Tailândia, em 1990, ressaltou-se a necessidade de promover a escola inclusiva para todos e estabelece pré-requisitos e metas como:

- Expansão da assistência e das atividades de desenvolvimento da primeira infância, incluindo intervenções da família e da comunidade, especialmente para crianças pobres, desamparadas e excluídas.
- Acesso universal à educação primária (ou a qualquer nível mais elevado considerado “básico”) e conclusão da mesma até o ano de 2000.
- Melhoria dos resultados da aprendizagem de modo que uma porcentagem convencional de uma amostragem de determinada idade (por exemplo, 80% dos maiores de 14 anos) alcance ou ultrapasse um certo nível de ganhos de aprendizagem considerados necessários.
- Redução da taxa de analfabetismo dos adultos, no ano 2000, para metade do nível de 1990. O grupo de idade adequado deve ser determinado em cada país e deve-se insistir na alfabetização de homens e mulheres.
- Ampliação dos serviços de educação básica e de capacitação a outras competências essenciais para os jovens e os adultos, avaliando a eficácia dos programas em função da modificação da conduta e do impacto na saúde, no emprego e na produtividade.
- Aumento da aquisição por parte indivíduos e das famílias de conhecimentos, capacidades e valores necessários para viverem melhor e conseguirem um desenvolvimento racional e sustentável por intermédio de todos os canais da educação incluindo os meios de informação modernos, outras formas de comunicação tradicionais e modernas e a ação social avaliando-se eficiência dessas intervenções em função da modificação da conduta.

Desta forma, tem-se a necessidade de reconhecer e garantir os direitos anteriormente enumerados, produzindo mudanças afirmativas nas relações sociais para com a população historicamente excluída a fim de superar as demandas e de construir uma sociedade inclusiva que reconheça e respeite a diversidade. Isto é muito mais do que uma escolha ideológica ou filosófica, tornou-se uma determinação política debatida em diversas ocasiões.

Na Declaração de Salamanca (1994, p. 18) tratou-se sobre os Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais; na Lei de Diretrizes e Bases (9.394/96), nos PCN's – Adaptações Curriculares (1999) e nas Diretrizes Nacionais da Educação Especial.

[...] o princípio fundamental que rege as escolas integradas é que as escolas devem acolher todas as crianças, independente de suas dificuldades e diferenças e reconheçam as diferentes necessidades de seus alunos e a elas atender; adaptar-se aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem das crianças e assegurar um ensino de qualidade em igualdade de condições e de oportunidades. (UNESCO, 1994, p.23).

A Educação Básica (2001) tem o princípio de que a escola inclusiva deve responder educacionalmente a todos com qualidade.

A educação tem hoje, portanto, um grande desafio: garantir o acesso aos conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos os indivíduos - inclusive àqueles com necessidades educacionais especiais, particularmente alunos que apresentam altas habilidades, precocidade, superdotação; condutas típicas de síndromes/quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos; portadores de deficiências, ou seja, alunos que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatos genéticos, inatos ou ambientais, de caráter temporário ou permanente e que, em interação dinâmica com fatores sócio ambientais, resultam em necessidades muito diferenciadas da maioria das pessoas. (BRASIL, 2001, p. 08).

A LDB Lei nº 9394/96 estabelece que a educação especial é parte integrante da educação geral, adotando o princípio da inclusão. Princípio esse que defende que “o ensino seja ministrado a todos - crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais preferencialmente no sistema comum de educação”.

A efetivação ao direito à educação depende não só da sua previsão normativa, mas também, da vinculação dos poderes públicos ao cumprimento dos artigos supracitados e de instrumentos legais que concretizem a participação do estado na aplicação das proposições constitucionais.

Dentre as alterações sócio-educativas ocorridas, nas últimas décadas, a tentativa de democratizar o ensino proporcionando o acesso à escolaridade a todas as crianças e jovens foi de fundamental importância para que se avance, porém, outros encaminhamentos se fazem necessários também.

No caso do acesso dos alunos com necessidades especiais ao ensino e sobre as práticas inclusivas destaca-se a importância do desenvolvimento de competências educacionais especiais e a adaptação do espaço escolar para o acesso e para o atendimento satisfatório a estes alunos.

Torna-se necessário identificar as prováveis necessidades educacionais especiais e caracterizar a demanda para posteriormente realizar as adaptações estruturais de grande porte (competência das instâncias político-administrativas superiores) e as de pequeno porte (competência dos professores). Estes processos são constituintes dos novos fazeres educativos.

Neste sentido, o governo federal através do Decreto Nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004, vem implementando programas e políticas públicas de acessibilidade aos alunos com deficiências ou com mobilidade reduzida revelando preocupações com:

CAPITULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

I a aprovação de projeto de natureza arquitetônica e urbanística, de comunicação e informação, de transporte coletivo, bem como a execução de qualquer tipo de obra, quando tenham destinação pública ou coletiva;

CAPITULO II

DO ATENDIMENTO PRIORITÁRIO

Art. 5º Os órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, as empresas prestadoras de serviços públicos e as instituições financeiras deverão dispensar atendimento prioritário as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

§ 1º Considera-se, para os efeitos deste Decreto:

I pessoa portadora de deficiência, além daquelas previstas na Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, a que possui limitações ou incapacidade para o desenvolvimento de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

a) Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica, a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,5 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou maior que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

II – pessoa como mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

Pode-se impregnar a sociedade de bons motivos que garantam a ampla convivência de todos, da mesma forma que a educação brasileira, em geral, pode adotar um perfil mais ético, instituindo nas salas de aula (não apenas em currículo, mas na prática) ampla discussão sobre diferenças individuais rompendo com paradigmas estabelecidos.

2.2 Acessibilidade na visão do gestor

Podemos dizer que um grande desafio para os gestores é avaliar os impactos de práticas participativas que indicam a coletividade frente à cidadania qualificada, onde considera o indivíduo como mentor de direitos para abertura de novos espaços de participação.

Dizemos ainda que a gestão é a participação da sociedade na elaboração de suas políticas públicas evidenciando a institucionalização de práticas participativas inovadoras que marcam o fim da dinâmica predominante.

O problema, pois, é como encontrar mecanismos que gerem um processo de democratização das estruturas educacionais através da participação popular na definição de estratégias, na organização escolar, na alocação de recursos e, sobretudo, na redefinição de seus conteúdos e fins. Fazer com que a administração da educação recupere seu sentido social (ARROYO, 1979, p. 46).

Desta forma, a gestão democrática possui a participação da sociedade, estabelecendo o envolvimento dos municípios e dando-lhes o direito de constituírem seus sistemas de ensino, com autonomia e cooperação entre si. Trazendo uma através disso uma compreensão de educação emancipadora com intuito de garantir a cidadania ativa.

Pode-se garantir um ensino democrático com qualidade atendendo a todos de forma igualitária, pois este pode ser visto como agente emancipatório pela sociedade envolvida.

A gestão democrática das Unidades Escolares públicas brasileiras ganha terreno institucional quando passa a ser defendida pelo Estado neoliberal, como forma de garantir a eficiência e eficácia do sistema público de ensino. Por isso, não tem significado, muitas vezes, avanços na construção de uma escola pública de qualidade, que atenda aos interesses da maioria da população brasileira. (MARQUES, 2006, p.511)

A participação na gestão democrática requer, em primeiro lugar, que a comunidade tenha conhecimento e consciência de seu espaço de poder, e de que a escola pública pertence aos cidadãos.

Os conselhos de educação no Brasil foram concebidos como órgãos de Estado, no sentido que falam ao Governo em nome da sociedade e buscam preservar a coerência e a continuidade das políticas públicas. O Estado tem o sentido do permanente e representa, nos regimes republicanos democráticos, o eixo condutor e a continuidade da vontade nacional, em face da transitoriedade dos governos (BORDIGNON, 2005, p. 07).

Nos regimes democráticos o poder e a legitimidade são competências atribuídas ao governo com o intuito de promover decisões. Estas instituições foram criadas para auxiliar os governantes nos assuntos conflituosos, como instrumentos nas decisões coletivas. Legitimando a essência da democracia, instituindo assim, a essência da democracia.

A gestão democrática fundamentiza a qualidade da educação no ensino e se coloca como instrumento efetivo da cidadania. Promovendo desta maneira, um dos maiores desafios aos educadores que é o desenvolvimento da democracia.

Cabe aos profissionais da educação fazerem valer o seu papel de educador, dando ênfase a um ensino mais democrático, com diálogos abertos, com informações que provoquem reflexões a respeito dos fatos sociais existentes. É importante que se trabalhe sempre com o concreto, assim o educando se sentirá estimulado a criar situações como todo o processo democrático, que é um caminho que se faz ao caminhar, o que não elimina a necessidade de refletir previamente a respeito dos obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação (PARO, 1997, p. 17).

A partir disso, podemos dizer que os profissionais da educação tem que dar condições para que a gestão democrática se concretize, desta maneira, faz-se com que o ensino tenha autonomia na escola através do projeto político pedagógico, exercitando a qualidade no ensino.

A democracia é a busca constante da afirmação de suas imperfeições através do processo de aperfeiçoamento, razão esta, que pode ser vista como o

sistema superior de organização da sociedade. Portanto, é de extrema importância a concepção da cidadania como um processo político, social e histórico, a qual se constrói a partir de ambas as dimensões, individual e coletiva.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta pesquisa, realizei entrevistas com os professores de duas escolas no município de Santa Maria, uma sendo de ensino particular e outra de ensino público concomitante a isso realizei um estudo do Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino. A entrevista, segundo Lüdke e André (1986, p. 21), “é um dos instrumentos de coleta de dados básicos” e para Minayo (1994, p.16), “é o procedimento mais usual no trabalho de campo”.

Foram feitas entrevistas de forma reflexiva, com algumas perguntas que formulei a partir do entendimento da história das pessoas incluídas e a motivação por parte dos professores no ingresso e permanência dessas pessoas nas instituições de ensino.

Este estudo teve uma abordagem qualitativa, visando obter dados descritivos que possa auxiliar para um melhor entendimento dos assuntos em questão. De acordo com Minayo (1994, p. 25), “a pesquisa qualitativa responde questões muito particulares e específicas além de trabalhar com um universo de significados”.

Utilizei como metodologia análise do conteúdo, onde foi analisada cada resposta individualmente, podendo desta forma explorar e compreender a motivação das pessoas com necessidades especiais para a possibilidade de ingressar em espaços educativos.

As entrevistas foram gravadas e transcritas, para que não se perdesse dados importantes e não se modificasse a intencionalidade das respostas dadas pelos entrevistados.

Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despretensiosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. (LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p. 57).

Realizou-se uma análise do conteúdo, através de leituras feitas juntamente com o estudo das falas dos entrevistados. Visando facilitar o acesso de informações presentes neste documento de tal forma que este facilite o acesso aos observadores. Informações estas que aparecem com alguma frequência e com

características metodológicas qualitativas, construindo conhecimentos a partir dos termos utilizados pelo locutor.

A partir das respostas do questionário juntamente com entrevista obtive considerações que vem contribuir com alguns aspectos dessa pesquisa. Primeiramente vou trazer as considerações da escola particular que nomeei como Escola A, possui uma criança cadeirante que tem dificuldades de aprendizagem, devido há problemas neurológicos (curso a sexta série) e outras duas crianças que estão na quinta série e possuem problemas cognitivos.

Na escola pública Escola B, existe uma criança com deficiência física, especificamente em uma das mãos com má formação congênita, uma atrofia do membro (curso o quinto ano), outras duas crianças com hiperatividade (uma curso o segundo ano e a outra curso o quarto ano).

Em termos de estrutura e atendimento das crianças com NEE, pude perceber aspectos que merecem destaque, como as adaptações que ambas as escolas possuem com acesso adequado através de rampas, banheiro e adaptações que podemos perceber através da fala da coordenadora pedagógica na escola A: *“Sim, temos banheiro, rampa e tudo que eles necessitem, algumas vezes adaptamos, como uma mesa para a criança que é cadeirante, nos adaptamos, pois não tínhamos mesas com a largura que desse para encaixar a cadeira”*. Não se trata apenas de uma mudança institucional, mas trata-se também de uma mudança cultural, mudança de sentidos.

A escola precisa ressignificar suas funções políticas, sociais e pedagógicas, adequando seus espaços físicos, melhorando as condições materiais de trabalho de todos os que nela atuam, estimulando neles a motivação, a atualização dos conhecimentos a capacidade crítica e reflexiva, enfim, aprimorando suas ações para garantir a aprendizagem e a participação de todos, em busca de atender às necessidades de qualquer aprendiz, sem discriminações (CARVALHO, 2004, p.67).

A coordenadora da escola A, coloca como foi à adaptação para atender à essas crianças:

Porém no início a realidade era diferente, nessa época a escola não possuía um educador especializado, nem sabíamos como fazer. Nas questões de metodologia e avaliação que são questões primordiais de trabalho na sala de aula, nos não tínhamos, não tínhamos rampa, até o acesso para chegar à escola era difícil, isso não mudou muito até hoje, é engraçado, nos cobram adequações, mas no final acabamos por ver outra

realidade, não aquela que esta prevista em Lei e sim aquele dura, a realidade do dia a dia.

Percebi com isso que existe uma atenção especial para com as crianças com NEE, a coordenadora me disse também que existe uma parceria entre todos da escola e os pais e que a preocupação maior é como trabalhar com esses estudantes de forma a desenvolver o aprendizado no sentido de que os estudantes acompanhem os outros colegas.

Quando se fala de escola inclusiva, não se fala apenas das unidades que se arriscam a receber alunos com NEE, mas de todo o sistema que deveria ser inclusivo, dispor de recursos, materiais e humanos para atendimento conveniente aos estudantes que demandam esse serviço.

O ensino inclusivo é a pratica da inclusão de todos, independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômico ou origem cultural em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas (STAINBACK, 1999, p.27).

Ambas as escolas proporcionam uma metodologia de ensino formulado para atender as necessidades desses estudantes, a avaliação, por exemplo, é realizada de forma diferenciada. Evidencio isso com a fala da professora do quinto ano: *“[...] algumas vezes aplicamos as avaliações individualmente para esses alunos, o tempo para eles tem que ser maior, eles demoram mais que as outras crianças”*.

A escola A não possui educadora especial, mas tem uma psicopedagoga que orienta e acompanha os professores no trabalho com as crianças com NEE, a coordenadora coloca: *“[...] as dificuldades são muitas, a inclusão é um assunto novo, mas buscamos sempre solucionar e minimizar eventuais problemas, contamos também com os pais, que estão sempre presentes, é uma parceria”*.

Uma cidadania enquanto realização democrática de uma sociedade, compartilhada por todos os indivíduos a ponto de garantir a todos o acesso a o espaço publico e condições de sobrevivência digna, tendo como valor-fonte a plenitude da vida. Isso exige organização e articulação política da população voltada para a superação existente (CORREA, 1999, p.217).

O PPP dessa escola está em reformulação, em específico busca estabelecer medidas que foram surgindo com a necessidade de atender as crianças inclusas, visto que com o passar do tempo as necessidades vão surgindo e o que fora planejado anteriormente torna-se ultrapassado.

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se atravessar um período de instabilidade e buscar nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação do possível, comprometendo seus atores e autores (GADOTTI, 1994, p.27).

A escola B possui duas educadoras especiais que acompanha e orientam os portadores de necessidades educacionais especiais, e segundo a coordenadora pedagógica a instituição serve a todos sem distinções, e os alunos com NEE necessitam e possui organização voltada atender a essas pessoas, como podemos perceber com o escrito do PPP: “[...] *as turmas deverão ser compostas por um número bem menor que as turmas regulares, para que os mesmos tenham um acompanhamento mais individualizado, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade*”.

A Pedagogia não pode se limitar ao entendimento de como se dão as relações educativas de fato e ao estabelecimento de diretrizes gerais para a educação nos horizontes ampliados da emancipação humana e da maioria dos sujeitos. A ela incumbe, em consequência de sua função hermenêutica e crítico reflexiva, presidir a organização e condução da instituição educativa, no sentido de como se vão dar as relações internas de poder, mediadas pela infra-estrutura de recursos e controles, e de como se vão relacionar a gestão institucional, a dinâmica das relações interpessoais e a produção/circulação dos conhecimentos (MARQUES, 1990, p. 24).

Estabelece também que a escola A, garante igualdade de acesso para os alunos, partindo disso o PPP traz que: “É prevista a flexibilização do currículo, de forma a atender aos alunos portadores de necessidades especiais, em virtude de limitações ou habilidades”.

Nesta discussão, é importante destacarmos que compreendemos o currículo não só como elemento mediador das práticas escolares, mas num sentido mais amplo, como elemento mediador entre a escola e a sociedade, aquele que possibilita a construção da ação pedagógica através de interações entre os conhecimentos construídos na prática social e transmitidos, organizados e transformados na prática escolar.

A escola evidencia ações pedagógicas integradas a que pretende estabelecer ligações entre a escola e comunidade prevista na Resolução do CMESM N° 25 de 07 de Maio de 2008.

As escolas promovem a ação pedagógica, através da interdisciplinaridade, apontando para a construção de uma escola participativa e decisiva na formação do sujeito social. Rege a experiência da vivência de uma realidade global, que se insere nas experiências cotidianas do aluno, do professor e da comunidade.

O professor como sujeito que não reproduz apenas o conhecimento pode fazer do seu próprio trabalho de sala de aula um espaço de práxis docente e de transformação humana. É na ação refletida e na redimensão de sua prática que o professor pode ser agente de mudanças na escola e na sociedade (LIMA, 2002, p. 246).

Destaco alguns dos objetivos comuns entre as escolas e que se fazem pertinentes: Propiciar encontros da comunidade escolar para resgatar o papel da família, auto-estima e respeito em todos os segmentos;

- Promover encontros com a comunidade para discussão e reflexão da realidade vigente e suas conseqüências no processo educativo;
- Organizar a criação de grupos de apoio, envolvendo pais e alunos para colaborar com a manutenção e conservação do patrimônio escolar;
- Promover atividades sociais, de lazer e estudos envolvendo todos os segmentos;
- Realizar encontros periódicos com a comunidade para a avaliação da gestão escolar;
- Criar condições para que o aluno desenvolva-se individualmente, interagindo de maneira coletiva;
- Valorizar o papel do professor no processo educativo e sua importância na formação do cidadão;
- Promover encontros com professores, funcionários, pais e alunos, para acompanhar e apoiar o desempenho dos segmentos em relação aos propósitos estabelecidos;
- Articular um currículo interdisciplinar que valorize todas as áreas do conhecimento;
- Participar de políticas de formação permanente para os educadores; Incentivar a organização de eventos culturais que divulguem a produção dos alunos;
- Organizar os índices de aproveitamento dos alunos;

- Proporcionar a análise e reflexão sobre as causas da reprovação, aprovação, evasão e permanência escolar;
- Proporcionar cursos de formação contínua aos professores, a fim de que, os mesmos possam planejar adequadamente projetos interdisciplinares;
- Construir um refeitório para oferecer as refeições adequadamente aos alunos;
- Providenciar meios para melhorar a quadra de esportes e a cobertura da mesma;
- Ampliar o número de sanitários masculino e feminino, possibilitando um acesso adequado aos mesmos;
- Mobilizar para a organização de uma sala de vídeo, facilitando o acesso e a acomodação dos alunos, pois evidencia o compromisso que as escolas têm com a comunidade.

O elo existente entre a escola e a sociedade é o que faz com que a cultura participativa seja propagada como algo bom, onde alunos, professores e comunidade tornem-se realmente uma sociedade, que participa, conhece e age como cidadãos. Isso é evidenciado no PPP:

Escola opta por desenvolver a Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos, por acreditarem que a escola deve preparar o educando para o mundo e suas contradições. Devem fornecer condições, por meio da aquisição dos conhecimentos sistematizados e da socialização, a fim de que ele possa participar ativamente na sociedade.

Outro ponto observado nas escolas foi o relacionamento entre as crianças, na escola A, percebi a solidariedade dos colegas para com o cadeirante, as crianças ficam todas juntas no recreio, conversando e brincando, o período que estive ali constatei o entrosamento deles. Na fala da professora da sexta série: *“Na verdade não temos grandes dificuldades, no começo sim foi difícil, mais por causa das adaptações mesmo, mas com os colegas não, todos tratam ele muito bem.”*

Na escola B, o começo foi um pouco diferente o que podemos verificar na fala da coordenadora pedagógica: *“No início tivemos alguns conflitos sempre têm alguns alunos que querem caçoar, aqui não foi diferente, mas fomos aos poucos trabalhando e desenvolvendo com as crianças questões como essa”*.

No decorrer das falas, em alguns momentos senti a necessidade de intervir devido à necessidade de aprofundar alguns assuntos e questionei como a professora do quarto ano da escola B, sentia a exclusão? A mesma respondeu-me:

A gente só vê a diferença quando alguém a aponta pra gente, mas aqui tratamos com naturalidade, somos diferentes, todos nós. Aqui trabalhamos questões de semelhanças e diferenças com as crianças desde pequenos, sabemos que para combater o preconceito é mais uma questão de buscar naturalizar as coisas, quando conhecemos algo ou alguém pela primeira vez às vezes estranhamos, mas em um segundo momento já não terá o mesmo estranhamento e isso vai amenizando.

A dedicação dos professores é algo notável e merece ser destacado através da fala da professora do quarto ano da escola B: *“Realizamos nosso trabalho com muita dedicação, mas sempre esperamos mais do que temos, a nossa vontade é tamanha”*. Ainda nesta conversa, a mesma deu continuidade ao assunto dizendo que: *“Sempre buscamos que eles estejam adiante do esperado, mas isso às vezes não acontece, tem que ter muita paciência e dedicação, se não a gente desmotiva um pouco, é muita coisa, gostaríamos de nos dedicar integralmente as essas crianças, mas não dá”*.

A pedagogia crítica-social dos conteúdos serve como função social e política, onde a escola trabalha com conhecimentos sistematizados, a fim de colocar as classes populares em condições de efetiva participação nas lutas sociais, esse trecho retirado do PPP da escola B, reafirma o compromisso social das escolas e coloca o aprendizado com elemento resultante na formação da cidadania.

As escolas, dentro desta ótica, visam transformar os alunos em sujeitos capazes de recuperar e realizar a sua humanidade em um projeto coletivo e solidário de superação das condições atuais de trabalho. É a socialização do saber sistematizado, onde se concebe o papel da escola.

Atualmente, a quantidade de informação disponível no mundo-boa parte dela relevante para a sobrevivência e o bem-estar geral- é exponencialmente maior que a existente há poucos anos atrás, e seu ritmo de crescimento se acelera. Isso inclui informação relativa a melhoria da vida e ao aprender a aprender. Um efeito sinérgico ocorre quando a disponibilidade de informação importante vem junto de outro avanço moderno: nossa nova capacidade de nos comunicarmos. Tudo isso levava a concluir que a meta de uma educação básica para todos, pela primeira vez na história, é uma alcançável (TORRES, 2001, p.65).

Compreendendo assim a cidadania como conhecimento social e político, reconhecendo os direitos e deveres políticos, civis e sociais dos cidadãos. Adotando então no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização de um novo ideal de coletividade em que todos partilhem de uma sociedade solidária, democrática, na qual cidadãos assumam e conduzam os seus projetos de vida, pois afinal somos todos diferentes, cada um tem a sua singularidade em um mundo de pluralidades.

Nesta perspectiva de afirmar que sujeitos possuem potencialidades e os acontecimentos históricos resultam em formação, pode-se assegurar que não existem sujeitos especiais.

[...] a noção da inclusão total, não é uma proposta, e sim uma utopia. Como toda utopia, tem um valor simbólico importante e um investimento afetivo que deve ser alimentado. A sociedade inclusiva é uma utopia do mundo perfeito (GLAT, 1998, p.27).

Percebo a necessidade de todos nós, nos projetarmos em nossos semelhantes, especialmente nos gestores os quais vivenciamos o cotidiano escolar, para só então reconhecer o quão valioso é estarmos bem e sentir que as pessoas ao nosso redor compartilham deste mesmo sentimento. Vivenciar os conflitos internos e externos, mas saber solucionar, mais do que isso refletir e então agir da melhor forma que julgamos correto.

Por mais que nos pareça redundante ou piegas o ideário de vida, o que sempre buscamos é a felicidade, mas com a sensação de que tudo e todos estejam e permaneçam desta forma. Por que então, deixamos nossos semelhantes de forma indiferente, já que somos iguais perante a Lei, porém diferentes no que diz respeito a tratamentos.

Políticas democráticas e inclusivas que levem em conta a variedade e demandas da população, e que propiciem a convivência dessas multiplicidades étnicas, religiosas, de tradições, gostos e sensibilidades. Incluindo na agenda de prioridades o combate à pobreza e a todas as formas de discriminação social e política. Uma política cultural exercida a partir da idéia dos direitos e da construção de valores sólidos de cidadania participativa, que nos permita maior capacidade de discernimento, crítica e desenvolvimento social e humano. (PORTO, 2003, p.202).

É adequado ao que havia dito anteriormente não existe meia inclusão, nós quem decidimos se vamos perceber os outros e deixar que esse outro nos toque, a

ponto de nos fazer entender que as diferenças dos outros é o que faz de nós um ser humano completo.

Priorizar a relação educador educando como critério fundamental para a autonomia dos educandos, só é possível através de uma prática educativo crítica assumida pelos educadores.

Uma educação que leve ao reconhecimento verdadeiro da realidade e que a inserção crítica e a ação aconteçam simultaneamente, resultando na transformação da realidade, o que constitui a práxis “que é reflexão e ação sobre o mundo para transformá-lo”. (FREIRE, 1987, p.38).

A flexibilização do currículo, com a construção de projetos políticos pedagógicos adequados a realidade local da comunidade escolar, vêm como uma proposta educacional descentralizada, pertencente à gestão participativa, onde todas as opiniões e anseios dos envolvidos são recebidas e de alguma forma adaptadas aos parâmetros educacionais, isso tudo é gestão. Uma visão de tudo que norteia a escola, suas práticas e conteúdos, as ações, as falas e atitudes é isso que permeia o cotidiano escolar.

Mais do que uma prática educativa a educação progressista requer segundo Freire (1992, p.47):

Sujeitos dotados de amorosidade, respeito aos outros e a si, tolerância e humildade, gosto pela alegria e pela vida, disponibilidade ao novo e a ruptura, persistência, tomada de decisões éticas e esperança, é um modo do homem, “não apenas estar no mundo, mas com o mundo.

Essa descentralização do ensino traz avanços significativos, pois cada espaço educativo tem e sabem das suas necessidades e partilhar essa organização faz com que os anseios passem para a concretude.

A educação como especificidade humana que deriva da consciência do nosso inacabamento, de seres condicionados, mas não determinados, e que por isso nos possibilita desejar e vir a ser mais, não pode ser realizada sem ética, sem coerência e, desse modo, sem ser um testemunho da nossa prática diária de sujeitos pertencentes à História.

“Pensar numa educação progressista, numa educação crítica, com respeito à diversidade, exige repensar a educação como uma ação, que não neutra, intervém no mundo, pois, se constrói e existe na relação entre as pessoas”. (Ibid., p. 60). Neste sentido, Arroyo (2000, p. 53), ressalta “[...] à educação [...] é o direito ao

conhecimento, ao saber, à cultura e seus significados, à memória coletiva, à identidade, à diversidade, ao desenvolvimento pleno como humano”.

Uma ação que possibilita a leitura e a re-leitura de outras ações e de si mesma e, por isso, significa um repensar não, somente, do outro que queremos formar, mas também dos próprios educadores e da relação que se estabelece à educação, em que aprendemos ao educar e educamos ao aprender. “Podemos aprender a ler, escrever sozinhos, podemos aprender geografia e a contar sozinhos, porém não aprendemos a ser humanos sem a relação e o convívio com outros humanos que tenham aprendido essa difícil tarefa”. (ARROYO, 2000, p. 54).

“Ciente de que o modo de ser do professor, dentro e fora da escola, é que influencia a aplicação dos métodos educativos e os modelos de ensino”. (GOODSON, 1992, p. 68) e que a atuação dos professores é percebida como singular, pois não decorre apenas do conhecimento e domínio de conteúdos e metodologias, alento que as diferentes formações direcionam e possibilitam atuações diversificadas.

Segundo Kenski, (1993, p.107):

Nessa caminhada, que visa buscar as causas que determinaram a forma de um determinado professor ensinar, conclui-se que o trabalho em sala de aula é uma atividade experiencial e única, um exercício solitário que cada docente executa e que apenas parcialmente tem a ver com a teoria aprendida nos cursos de formação de professores. Nessa perspectiva, o ato de ensinar torna-se uma atividade profundamente artesanal, reconstruído permanentemente pelo professor a partir dos seus conhecimentos teóricos e metodológicos, das influências recebidas em sua vida e das relações conjunturais existentes.

Nesse sentido que a cooperação e participação dos pais dos estudantes dentro de uma perspectiva de interação entre escola e comunidade. A aprendizagem cooperativa pode produzir um sucesso maior do aluno do que as metodologias de aprendizagem tradicionais. A educação participativa onde o currículo é desenvolvido por todos da comunidade, pois estes sabem das suas reais necessidades e podem assim desenvolve-las com plenitude.

Essa é uma das questões que mais me tocou durante o desenvolvimento deste estudo, a forma como podemos direcionar e somar as nossas forças, a escola cresce como todos os cidadãos que nela estão. No meu entender esse ponto é tão significativo do que diz respeito a gestão escolar, a forma como desempenhamos as

tarefas, como desenvolvemos e pensamos o trabalho, tudo voltado a atender na melhor forma, resultando brutos bons.

A cooperação pode ser definida como ação que se realiza em conjunção com outra pessoa ou pessoas para conseguir um mesmo fim. Nesta, as pessoas constroem atitudes e valores solidários com a humanidade e a natureza é preciso que viva constantemente a cooperação dentro da instituição escolar.

A democracia é um sentimento geral em direção à vida, um sentido que dá significado a certos princípios diretivos. Isso levou os homens a acreditar que trabalhando juntos podem construir, progressivamente, uma vida melhor para todos.

Organizar o conhecimento escolar a partir de uma visão mais globalizada que atenda a todos sem amaras e que busque o necessário para atender aos estudantes nas suas particularidades.

O PPP da escola A, destaca essa visão:

A escola é um agente integrador da comunidade, um local prazeroso e atrativo, onde a comunidade escolar e, principalmente nossos alunos, encontrem um lugar de confiança, crescimento e integração. Um estabelecimento aberto as diferentes dimensões educativa, social, comunitário, político, sendo que a integração desses fatores nos leve à formação de educandos participantes, que saibam interagir no ambiente escolar e fora dele.

São instituições como estas que apresentei e por tudo que elas tem demonstrado realizar que faz com que tenhamos esperança de um ensino adequado para melhor atender aos seus estudantes.

Faz-se necessário humanizar a educação, proporcionar aos profissionais de educação uma formação continuada, onde esse possa conhecer e desenvolver novas práticas de ensino, ou seja, qualificação a nova sociedade exige preparação. Priorizar o estudante, estabelecer e voltar-se para a individualidade, valorizar e respeitar as diferenças de cada um, esses sim são apegos que merecem ser socializados dentro do ambiente escolar e utilizar-los como praticas pedagógica.

Esse movimento de transformação não pode ser feito de forma imposta, mas sim pela reação de profissionais e dirigentes educacionais como agentes responsáveis por mudanças substanciais no sistema educacional, onde a convivência e a diversidade proporcionem às crianças com deficiências as necessidades educacionais especiais desenvolvidas no meio estudantil e social.

Cabe a todos nós, gestores, pais e comunidade a dedicação e a efetivação desse desafio, que mesmo difícil de realizar, é de nossa competência esse compromisso.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **Administração da Educação, poder e participação: Educação e Sociedade**. Ano I, n. 2, Janeiro/ 1979. Campinas, 1979.

BORDIGNON, Genuíno. **Gestão Democrática da Educação**. Outubro 2005. Boletim 19. <http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/151253Gestaodemocratica.pdf>

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira**. São Paulo: EDUC, 1993.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em : < <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2008.

_____. **Educação especial no Brasil: síntese histórica**. Brasília. Contrato MEC-SESPE/FGV-IESAE nº 1/88, 1998.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares Nacionais para a formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena**. Conselho Nacional de Educação. Brasília, DF, 2001.

BUSCAGLIA, Leo F. **Os deficientes e seus pais**. Rio de Janeiro: Nova Era, 1997.

CAMPOS, M. R. M.; CARVALHO, M. A. **A Educação nas Constituições Brasileiras**. Campinas: Pontes, 1991.

CARVALHO, Rosita E. **Educação Inclusiva: com os pingos no s"ís"**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

COSTA, Messias. **A educação nas constituições do Brasil: dados e direções**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. **Autonomia da Escola Princípios e Propostas**. São Paulo: Cortez, 1977.

GLAT, Rosana. **Inclusão total: mais uma utopia?** *Revista Integração*. Ano 8, nº20, 1998.

GOODSON, Ivor F. **Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento profissional**. In: NÓVOA, António (org.). *Vidas de professores*. 2ª ed. Portugal: Porto Editora, 1992. p.63-80.

KENSKI, Vani Moreira. **Memória e Prática Docente**. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *As Faces da Memória*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1993. p.100-112.

LIMA, M. S. L. **Práticas de estágio supervisionado em formação continuada** In: ROSA, D. E. G.; SOUZA, V. C. S.; FELDMAN, D. et alii. *Didática e práticas de ensino: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos*. Rio de Janeiro: DP& A, 2002.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marly E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARQUES, M. O. **Projeto pedagógico: a marca da escola**. In: *Contexto & Educação*, v.1, n.1, abr/jun 1990.p. 16-28.

MARQUES, L.R. **Caminhos da Democracia nas Políticas de Descentralização de Gestão Escolar**. Ensaio: Avaliação, políticas públicas e educação, Rio de Janeiro, V. 14, n. 53, p. 507 – 526. Outubro- Dezembro, 2006.

MINAYO. Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 22. Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1994.

MORAIS, Regis de. **Sala de aula: que espaço é esse?** Campinas, SP: Papyrus, 1986.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

STAINBACK, S., STAINBACK, Willian. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Medicas Sul, 1999. Trad. Magda França Lopes.

TORRES, Rosa María. **Educação para todos: a tarefa por fazer**. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

UNESCO; MEC-Espanha **Declaração de Salamanca e Linha de Ação**. Brasília: Corde, 1994.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Questionário:

- 1) A escola recebe crianças portadoras de alguma necessidade educacional especial? Quais especialidades?
- 2) Existe uma metodologia de ensino específica?
- 3) A escola está preparada estruturalmente para acolher a essas crianças?
- 4) Existe algum acompanhamento específico ou individualizado?
- 5) No Projeto Político Pedagógico da escola existe alguma especificidade para as crianças com NEE?
- 6) Como é a relação das outras crianças para com os NEE?

ANEXOS

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO

Título do estudo:
Pesquisadora responsável:
Instituição: UFSM
Telefone para contato:
Local da coleta de dados:

Prezado(a) Senhor(a):

Você está sendo convidado(a) a responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. O pesquisador deverá responder todas as suas dúvidas antes que você se decida a participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade.

Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas no preenchimento deste questionário, respondendo às perguntas formuladas por mim.

Esta pesquisa trará maiores conhecimentos sobre o tema abordado, sem benefício direto para você.

O preenchimento deste questionário não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você.

As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelo pesquisador responsável. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Santa Maria _____, de _____ de 20____

Assinatura

Pesquisador responsável

ANEXO B**TERMO DE CONSENTIMENTO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO

Título do projeto:
 Pesquisador responsável:
 Instituição:
 Telefone para contato:

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, da minha pesquisa. Após ser esclarecido(a), no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

Consentimento da participação da pessoa como sujeito.

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo _____, como sujeito. Fui suficientemente informado a respeito das informações que descrevendo o estudo "Acessibilidade: uma possibilidade de incluir". Eu discuti com a pesquisadora LÍNDICE MARTINS DA ROCHA PEDROSO. Sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Local e data: _____

Nome e Assinatura do sujeito ou responsável:

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa ou representante legal para a participação neste estudo.

Santa Maria _____, de _____ de 20____

 Pesquisador responsável

ANEXO C

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto:**Pesquisador responsável:****Instituição:****Telefone para contato:.**

O pesquisador do presente projeto se compromete a preservar a privacidade dos participantes cujos dados serão coletados através da gravação de áudio. Concordo, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas sob a responsabilidade da pesquisadora.

Santa Maria,.....dede 2011.

Colaborador(a)-----
Pesquisador